

Coordenação:

Dr. Héctor Ricardo Leis

Vice-Coordenação:

Dr. Selvino J. Assmann

Secretaria:

Liana Bergmann

Editores Assistentes:

Doutoranda Brena Magno Fernandez

Doutoranda Sandra Makowiecky

Linha de Pesquisa

A Condição Humana na Modernidade

HÉCTOR RICARDO LEIS

Sobre o Ressentimento dos Argentinos

Nº 30 - Novembro 2002

Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas

A coleção destina-se à divulgação de textos em discussão no PPGICH. A circulação é limitada, sendo proibida a reprodução da íntegra ou parte do texto sem o prévio consentimento do autor e do programa.

Sobre o ressentimento dos argentinos*

Héctor Ricardo Leis**

Resumo:

Sob a ótica do fenômeno de ressentimento, em associação íntima com os temas de reconhecimento, memória e esquecimento, é possível encontrar novas pistas para pensar a dinâmica histórico-social profunda da sociedade moderna. Partindo dum esquema conceitual baseado em Nietzsche, Elias e Arendt, em diálogo com autores como Walzer, Rawls e Taylor, entre outros, procurar-se-á construir uma crítica não essencialista ao igualitarismo que o vincule com o ressentimento. Basicamente, se argumenta aqui que a idéia de igualdade se perverte na sua extensão do campo político para o social, onde passará a ser aceita irrealisticamente como “natural”. Nesse processo se gera um desejo de igualdade impossível de ser satisfeito que deriva em sentimentos negativos como a frustração e o ressentimento. Nesta perspectiva, já no contexto argentino, o ressentimento será apresentado como uma resultante da intensidade do desafio do populismo igualitarista aos processos de modernização em curso no país desde a metade do século XIX. Será sugerida a hipótese que esse ressentimento trará conseqüências negativas para a governabilidade, diretamente proporcionais ao elevado grau do confronto gerado pelo populismo. A decadência Argentina no século XX estará associada, portanto, à emergência do peronismo nos anos 40 e a sua tentativa relativamente bem sucedida de substituir o estado e a mentalidade liberal em formação por elementos novos de fundo populista. Para apresentar melhor o caso argentino se fará também uma rápida comparação com o caso brasileiro. Concluindo, em contraste com as demandas de exacerbação mítica da memória atualmente em voga na Argentina (e lembrando à figura de Joaquim Nabuco), se sugerirá a busca da reconciliação e o esquecimento reflexivo.

Palavras-chave:

Ressentimento; Memória; Populismo; Argentina.

* Este paper foi apresentado no I Seminário Internacional Regional de Estudos Interdisciplinares: CONDIÇÃO HUMANA E MODERNIDADE NO CONE SUL DE AMÉRICA LATINA, organizado pelo Laboratório de Estudos Transdisciplinares do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, na Universidade Federal de Santa Catarina (Campus Universitário, Florianópolis, 19-22 de junho de 2002). Agradeço aos participantes do seminário pelos comentários recebidos; em particular, sou grato a Eduardo Viola, Myrian Sepúlveda dos Santos, Luciano Florit, Sergio Costa e Ricardo Forster. Naturalmente, nenhum deles pode ser responsabilizado pelo resultado final.

** O autor é doutor em filosofia e professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina. Seu último livro publicado foi *La Modernidad Insustentable: Las Críticas del Ambientalismo a la Sociedad Contemporánea* (México: Ed. Nordan, 2001) hector.leis@brturbo.com.
NI OLVIDO, NI PERDÓN: PAREDÓN !

Anônimo

Senhores, não é nenhum de nós que mata a escravidão, é o espírito de nosso tempo, e por isso o nome verdadeiro do Abolicionismo é Ninguém. (...) O que eu desejo é que depois da terrível luta entre abolicionistas e escravocratas a emancipação seja realizada entre as alegrias da nação unida, e que nós todos, como os atenienses para conciliar as divindades inimigas, levantemos no lugar da discórdia o altar do Esquecimento.
Joaquim Nabuco (*Conferências*)

- I -

Em momento de grave crise, quando o tecido social se esfacela, os problemas fundamentais da existência de uma nação se tornam patentes (ou, pelo menos, mais patentes que em épocas de relativa estabilidade). A intuição de Max Weber, de que os valores que impulsionam os seres humanos para a ação estão além de qualquer justificação racional, é tão genial quanto pouca aproveitada pelos cientistas sociais (Weber, 1981). A academia atual parece sentir-se mais confortável ao lado do senso comum, preferindo ignorar o caráter “demoníaco” das bases que sustentam as sociedades políticas. Weber ensina que a política está sempre atravessada por uma pluralidade de valores conflitantes e que, portanto, é uma ilusão pretender orientar o curso da política a partir da transparência da razão. A recriação da ordem, que demanda uma crise do tamanho como a que padece Argentina no momento atual, mal poderia ser definida com base exclusiva nos modelos vigentes das teorias econômicas e sociais. A história Argentina é um bom exemplo da dureza “irracional” dos acontecimentos. Curiosamente, os elementos não-rationais são geralmente deixados de lado na hora de avaliar as urgências do presente. Porém, se esse esquecimento não parece fazer grande diferença em épocas normais, torna-se fundamental nos momentos de crise. Esses elementos esquecidos, que regulam de forma invisível a vida de uma nação, são os valores e os sentimentos derivados da experiência acumulada de seus habitantes através do tempo e sedimentados no nível mais profundo de seu ser (Voegelin, 1952; Pareto, 1917).

A análise da dinâmica geral de uma sociedade não pode então abordar os dados observados na superfície da realidade sem considerar também ao conjunto de elementos culturais e afetivos que condicionam a ação dos indivíduos e sua compreensão da sociedade. Ainda que os países estejam imersos num complexo universo de relações com o resto do mundo que os sobre-determinam fortemente (o qual, com a globalização, vale hoje mais do que nunca), suas opções históricas e o sentido principal do rumo dos acontecimentos nunca deixam de passar pelo poderoso filtro de seus valores e sentimentos. Reivindicar o valor da soberania nacional, mas excluir o país de qualquer responsabilidade na hora do fracasso de um curso de ação estratégico (acusando a outros pela desgraça), é tanto uma manobra típica das elites e/ou dos povos de países portadores de males estruturais, como uma manifestação

de pobreza intelectual por parte daqueles analistas que enxergam as sociedades apenas como exterioridades. As sociedades políticas possuem certamente um grande número de condicionantes externos, mas nenhuma delas pode ser declarada inocente em relação às atitudes com as quais administram suas oportunidades e limitações.

Em consequência, as sociedades devem ser entendidas tanto na sua dimensão subjetiva como objetiva, focalizando muito especialmente a particular combinação e adequação de uma dimensão com a outra. Assim, os valores fundacionais de uma sociedade podem ser aptos para organizar e desenvolver seus diversos componentes humanos e naturais em certa época histórica, mas não em outra. Pretender que no Antigo Egito os valores democráticos tivessem alguma capacidade para organizar a sociedade, nesse lugar e momento histórico, é praticamente a mesma ilusão que pretender hoje, no mundo do século XXI, que a visão teocrática do Islamismo possua alguma capacidade efetiva para organizar a sociedade moderna. É evidente, então, que o sucesso ou fracasso de uma nação dependerá, em grande medida, da aptidão política e social dos valores e sentimentos convocados, nos momentos decisivos de sua história, para produzir a unificação consensual das vontades individuais e setoriais em torno de uma mentalidade e de regras, instituições e autoridades com capacidades para enfrentar os desafios e desenvolver as próprias potencialidades existentes. O anterior equivale a dizer que, em momentos de estabilidade, as sociedades dependem dos valores e sentimentos já instituídos no seio do povo e de suas instituições, mas que em momentos de crise elas dependem fundamentalmente das decisões de suas elites dirigidas à instauração de novos elementos, os quais poderão ser de caráter progressivo ou regressivo. Decisões que poderiam ser contextualizadas muito bem no antigo dilema entre civilização ou barbárie, o qual, fora de qualquer ressonância etnocêntrica, desde os antigos gregos e romanos expressa o maior ou menor compromisso das diversas forças sociais e políticas existentes com a vigência de uma lei universal inclusiva para administrar as mudanças dos tempos (o qual implica tanto o processo de secularização característico da modernidade ocidental, como a construção de uma esfera política pública de caráter racional).

-II-

Entender a dinâmica histórico-social profunda que produziu a decadência de Argentina no século XX é certamente um desafio que escapa às possibilidades de um pesquisador isolado, por isto minha intenção declarada é apenas chamar a atenção para alguns conceitos e fatos que me parecem relevantes em relação a este tema. A presente reflexão se nutre da idéia nietzscheana de ressentimento e de outros conceitos associados, como os de reconhecimento, memória e esquecimento. Porém, ainda que o ressentimento seja o conceito chave deste ensaio, sua centralidade não foi prevista de antemão. A rigor, minha primeira interrogação foi detonada por uma observação comparativa quase banal: queria descobrir o significado do fato dos argentinos padecerem, aparentemente, de um sufocante excesso de memória, em contraste com os brasileiros que, pelo contrário, pareciam ser mais adictos ao esquecimento. Minha inquietude tinha sua origem no mal-estar que sempre me

provocava escutar a alguém (leigo ou acadêmico) chamar a atenção para essa diferença entre as duas culturas políticas, aludindo à maior virtude que supostamente residiria num povo com memória “plena”. Tal como eu via as coisas acontecer, a realidade parecia funcionar exatamente ao contrário do que pensava o senso comum. O esforço de entender esse contra-senso me levou até o conceito de ressentimento.

Em seu livro, *Para a Genealogia da Moral*, Nietzsche introduz com muita agudeza um conceito filosófico-psicológico no campo histórico-social (Nietzsche, 1978). Por primeira vez, de forma consistente são apresentados elementos para explicar a vida social a partir de uma história dos sentimentos. Em princípio, Nietzsche se ocupa com o ódio e o conjunto de seus derivados (ciúme, vingança, inveja, etc.). Mas não é qualquer ódio que lhe interessa, senão o ódio próprio dos seres inferiores que é transformado em ressentimento através de uma sugestiva operação, primeiro de negação, e depois de transformação num valor “positivo”. Esse ódio reprimido, que transforma a fraqueza em amor à justiça e a inferioridade em doutrina moral é o alvo da crítica nietzscheana à condição humana na civilização ocidental.

A importância do ressentimento para pensar a sociedade moderna encontrou eco em destacados autores como Max Scheler (1998) e Norbert Elias (1997 e 2001), entre outros. Na literatura posterior a Nietzsche, o conceito de ressentimento se amplia adotando uma maior diversidade de enfoques. Para o autor de *Para a Genealogia da Moral*, a decadência de ocidente está baseada no crescimento do ressentimento dos fracos e dos vencidos, que germina e circula pelos movimentos populares que reivindicam desde o igualitarismo e a revolução até a democracia e a vigência de valores morais. Mas em Scheler e em Elias o ressentimento se separa dos pressupostos anti-ocidentais de Nietzsche para vincular-se a outras civilizações e também aos setores sociais dominantes, quando eles são desafiados pelos dominados. Desde Aristóteles (1958) até Hannah Arendt (1959) foram inúmeros os autores que destacaram a centralidade dos sentimentos e práticas de reciprocidade, existentes entre os membros de uma comunidade (*philia*, em grego clássico), para o estabelecimento de um bom governo. Porém, são poucos os autores que utilizam o conceito de ressentimento para analisar os pressupostos da relação entre a sociedade e o estado moderno.

Uma leitura pró-aristotélica de Nietzsche permite imaginar a existência de um grande buraco negro nas ciências sociais contemporâneas.¹ Depois dos gulags do comunismo e dos campos de extermínio do nazismo, e agora, mais recentemente, os episódios de guerras civis étnico-religiosas e do terrorismo suicida do fundamentalismo islâmico (para citar apenas alguns dos itens mais destacados do cardápio do último século), é difícil não concordar com Nietzsche sobre a importância do fenômeno do ressentimento (Besançon, 2000; Viola & Leis, prelo). Mas, se concordamos com a intuição nietzscheana, estamos sendo autorizados a suspeitar que a não visualização da importância do fenômeno do ressentimento, por parte do *mainstream* das ciências sociais contemporâneas, torna

¹ A produção teórica sobre trauma (ver: La Capra, 1994) não cobre esse vazio. Esta noção, embora se aproxime à de ressentimento, não possui os conteúdos de vingança nem de produção de valores “positivos” que estão intimamente associados à análise nietzscheana.

irrealistas a muitas das teorias vigentes, levando-as implicitamente a defender posições que servem mais para incompatibilizar a sociedade com o estado que para fazer que trabalhem juntos (no sentido de legitimar o papel da autoridade política e de ajudar ao funcionamento dos canais de reconhecimento e de representação que vinculam à sociedade com o estado). Em outras palavras, a teoria social contemporânea está nos devendo uma re-leitura do papel social das posições que (como o lobo do chapeuzinho vermelho) radicalizam seus princípios de igualdade e de justiça social para, supostamente, melhor atender às necessidades da democracia. Existem boas razões para suspeitar que as consequências práticas desses pressupostos contribuem mais para o ressentimento que para a reconciliação e o reconhecimento mútuo entre os atores, inviabilizando assim o avanço da democracia que aparentemente seus defensores colocam como objetivo prioritário. Em forma direta ou indireta, por esse caminho se acaba legitimando em teoria o ressentimento que se opera na prática quando os indivíduos e os atores que se sentem insatisfeitos por alguma coisa, ao invés de olhar primeiro para sua própria responsabilidade são levados imediatamente a pensar e sentir que sofreram uma ação produzida por indivíduos e atores “maus”. O ressentimento, eventualmente, pode ser sintoma de um problema do qual a vítima é completamente inocente. Mas não parece ser necessário ter que demonstrar que, em qualquer hipótese, a crítica teórica e prática da realidade deve colocar a máxima distância possível entre o ressentimento dos atores e a solução político-institucional do problema.

De uma perspectiva nietzscheana, a recorrência à déia de vítima e ao juízo ético, por parte de atores sociais e políticos (seja para proteger ao meio ambiente, defender aos direitos humanos ou fazer a reforma agrária) é um sinal da ponta do iceberg do ressentimento social que estão operando e promovendo esses atores. Ressentimento que vai cortando e esfacelando o bolo da sociedade em pedaços “bons” e “maus”, desculpando os primeiros e culpando aos segundos. Assim, numerosas forças da sociedade contemporânea vivem alegremente no limbo dos paradoxos: quanto mais acreditam que seu acionar ajuda ao fortalecimento da democracia, maior é o quantum de ressentimento que introduzem no tecido social e, em consequência, maior é o dano que fazem às bases de governabilidade existente. Em outros termos, quanto maior seja a reivindicação de inocência e falta de responsabilidade de indivíduos ou grupos frente a seu baixo desempenho social e político, maior será o ódio e menor a capacidade da sociedade para construir mecanismos de estado com validade universal. O ódio recalcado gera desejos de vingança que, independentemente dos méritos do objetivo que realizaria tal vingança, são portadores de atitudes e valores incompatíveis com as bases da política (entendida, arendtianamente, como a capacidade que os membros de uma sociedade possuem para agir em concerto). Em algum momento, a luta política exige uma escolha entre os vários argumentos colocados em jogo, mas essa escolha precisa da existência de uma comunidade política com capacidade para perdoar (faculdade oposta à vingança²), para que as decisões tomadas recebam legitimidade e possam realmente ter alguma expectativa de sucesso.

O ressentimento opera em forma relativamente inversa ao reconhecimento (entendido este, esquematicamente, como a satisfação do indivíduo com sua identidade e o próprio

² Hannah Arendt nos lembra, em *A Condição Humana*, que o perdão (*forgiveness*) é o oposto exato da vingança (Arendt, 1959).

desempenho nas diversas esferas de sua existência, acompanhada pela aprovação do grupo social no qual está imerso; ver: Taylor, 1993; Todorov, 1996; e Honneth, 1996).³ Uma hipótese que norteia este ensaio é que, dentre os processos elementares da vida social moderna, os de reconhecimento e os de ressentimento se destacam com a mesma intensidade. Em maior ou menor grau, as experiências do reconhecimento e do ressentimento abrangem todas as esferas da vida social numa complexa dialética. Os caminhos que possibilitam uma ou outra experiência variam segundo as circunstâncias, os indivíduos e as culturas. Mas tanto uma como outra são constitutivos da condição humana moderna. A partir do momento que vivemos numa sociedade de indivíduos se torna inevitável lutar pela própria existência, e as contingências da luta definem uma sociabilidade que contém, lado a lado, componentes de reconhecimento e de ressentimento. Embora ambos componentes surjam no mesmo contexto social, o peso de cada um na dinâmica global de cada sociedade é diferente. Uma sociedade que opera com um máximo de reconhecimento e um mínimo de ressentimento garante sua governabilidade, assim como, no caso contrário, um máximo de ressentimento e um mínimo de reconhecimento são uma condena segura à desordem e à decadência. Curiosamente, apesar de sua intimidade, a literatura trata geralmente esses aspectos por separado. Mas esta separação talvez não seja casual. Por um lado, a modernidade sempre manifestou uma clara preferência pelos conceitos associados à realidade desejável. E, por outro lado, também é compreensível que os autores contemporâneos façam o possível para que a sociedade moderna não perca pontos na comparação com a pré-moderna. Como juntar um fenômeno “mocinho”, como o de reconhecimento, que não é difícil constatar que germina sem problemas no “velho” mundo das relações hierárquicas, com outro “bandido”, como o de ressentimento, que se reproduz como erva daninha no “novo” mundo das relações igualitárias?

Não são poucos os autores que observaram que as sociedades estruturadas sobre princípios hierárquicos (como a Índia do sistema de castas ou as sociedades ocidentais pré-modernas) produzem um quantum menor de ressentimento entre seus membros, quando comparada com qualquer sociedade democrática moderna (ver, entre outros: Tocqueville, 1979; Scheler, 1998; Todorov, 1996; Dumont, 1992). As enormes distâncias existentes entre os universos simbólicos dos diversos setores sociais que compõem uma sociedade hierárquica fazem que os indivíduos procurem e encontrem o reconhecimento nas proximidades de seu grupo social e/ou de pertença mais íntimo, fazendo que os valores possíveis do processo de reconhecimento oscile em torno de medidas muito próximas das já vivenciadas em seu universo simbólico. Enquanto isso, numa sociedade fundada sobre a igualdade individual (como no caso das sociedades modernas), a busca por reconhecimento parte de um universo simbólico de diferenças mínimas e se projeta a um todo de diferenças concretas enormes, que tanto dificulta os processos de reconhecimento como facilita os de ressentimento.

³ Myrian Sepúlveda dos Santos me chamou a atenção para a proximidade conceitual que existe entre minha compreensão da relação entre reconhecimento e ressentimento e a compreensão de Benjamin (1973) sobre sistemas de percepção. Segundo Benjamin, quando respondemos a um estímulo não ficamos com traços dele, mas quando não somos capazes de responder eles nos invadem e deixam marcas.

Através do individualismo e da liberdade de expressão a sociedade moderna torna possível expressões de ciúme, inveja e ódio que derivam no ressentimento (Ansart, 2001). Mas os problemas da modernidade vão mais longe do que isso. Afirmadas sobre um universo simbólico igualitário, as instituições da sociedade moderna enfrentam sérias dificuldades para encontrar mecanismo consensuais de reconhecimento do mérito, assim como para administrar e combater o ressentimento gerado em seu interior.⁴ Isto obriga, certamente, a uma re-avaliação dos principais movimentos políticos e das ideologias atuantes no século XX. Devemos retomar mais na frente esta questão, mas antecipemos por enquanto que, independentemente dos objetivos expressos e das intenções de suas lideranças, no atual momento de América Latina, as estratégias populistas (especialmente as de esquerda, mas também as de direita), destinadas a mobilizar vontades através de promessas utópicas, projetam fortemente o ódio em todas as direções do tecido social e político, incentivando velhos ressentimentos e criando outros novos (criando assim um círculo vicioso de substituição de reconhecimento por ressentimento). As estratégias conservadoras (que nunca deveriam ser confundidas com as de direita), pelo contrário, se apresentam como forças moderadoras dos efeitos do ressentimento sobre a sociedade, seja através do maior reconhecimento das desigualdades e das diferenças⁵, seja através de uma mais firme defesa da continuidade jurídica das instituições. Do mesmo modo, poderíamos afirmar que os regimes políticos totalitários (de esquerda e de direita) reforçam o ressentimento, tanto quanto a democracia pretende atenuá-lo.

-III-

Falando do caso de Alemanha, Elias destaca que alguns povos são mais predispostos que outros ao ressentimento (Elias, 1997 e 2001). Como se estivesse falando da Argentina, Elias comenta que uma sociedade onde se passa de um extremo a outro muito rapidamente, onde os indivíduos oscilam entre humilhações e grandezas exageradas, vivendo à sombra de um passado glorioso com um sentimento de seu próprio valor que ninguém no mundo parece querer reconhecer, está exposta ao surgimento de um forte e estendido ressentimento. Segundo Elias, o processo de ressentimento se desenvolve a partir de uma frustração que pode expressar-se tanto em relação aos superiores (a moral de escravos de Nietzsche), como aos supostamente inferiores (ressentimento dos nazistas com os judeus), mas exigindo em todos os casos a diminuição ou aplastamento do valor do indivíduo. Esta questão é central, já que permitirá a Elias convergir com Nietzsche num aspecto fundamental da análise do fenômeno do ressentimento. As diferenças sobre a direção do ressentimento (para cima ou para baixo da escala social), se apresentam como secundárias em relação a uma mistificação do coletivo que o coloca acima do individual. Não são sentimentos individuais, mas coletivos, os que se tornam fontes potenciais da patologia do

⁴ Como exemplo das dificuldades existentes para reconhecer o mérito no Brasil, inclusive em instituições declaradamente meritocráticas como as universidades, ver: Barbosa, 2001.

⁵ Embora discordando de Pierucci (1999) por sua identificação da conservadorismo com a direita, acho extremamente oportuna sua chamada de atenção para o fato de que essas forças assumiram a defesa das diferenças sociais muito antes que a esquerda.

ressentimento. Ou melhor, são emoções e sentimentos associados a uma memória coletiva os que hoje engrandecem o ego individual e amanhã o frustram. Não é o idealismo individual o que está na base do ressentimento, mas o idealismo coletivo, derivado de uma utopia social delirante ou da crença irrestrita no destino grandioso de uma nação (ou de uma religião, para incluir na análise do ressentimento aos fundamentalismos religiosos ainda atuantes). Em outras palavras, por trás do ressentimento se situa sempre uma memória mítica de fatos, valores e sofrimentos, que é imposta aos indivíduos como verdade.

O ressentimento registra um tempo penoso que não pode ser superado nem esquecido (Deleuze, 1971). Que o homem do ressentimento seja um ruminante da memória traz enormes conseqüências no campo das ciências sociais. Nas últimas décadas, as ciências sociais têm reivindicado o valor da memória como uma parte essencial da condição humana (Santos, 2001). Ainda que seja difícil negar-lhe seu valor, no campo da psicanálise existe uma abundante literatura que nos sugere que o excesso de lembranças pode nos aproximar mais da morte que da vida (Zawadzki, 2001). Obviamente, a memória intelectual e/ou científica não se enquadra nesta condição mortífera. É o congelamento de uma emoção coletiva o que faz mal para a saúde pública ou, em outras palavras, a memória de um sentimento que, enquanto sentimento, é colocado fora do escrutínio público. Seguindo na mesma linha argumentativa, o esquecimento dos sentimentos associados aos fatos históricos é tão desejável para a vida pública de um povo, como seria indesejável o esquecimento dos próprios fatos. Desta perspectiva, a sensibilidade nietzscheana, contra as ideologias igualitaristas e a favor do esquecimento liberador, não se apresenta como um preconceito apenas aristocratizante, mas como uma exigência da realidade para evitar o ressentimento.

Desde a análise de Tocqueville sobre a Democracia em América (1979) sabemos que o desejo de igualdade possui uma ânsia devoradora que ameaça a liberdade e a sociabilidade humana em geral. A grande intuição de Nietzsche foi consolidar essas observações em torno de uma crítica ao próprio desejo de igualdade como expressão de ressentimento. No entanto, sabemos que não são poucos os autores que se resistem a condenar ao igualitarismo. Rawls (1981) e Walzer (1997) se encontram, certamente, entre os representantes mais lúcidos desta corrente. Eles argumentam convincentemente no sentido contrário a Nietzsche, isto é, que o igualitarismo é uma tentativa para fugir das condições de desigualdade que geram sentimentos negativos como o ressentimento. Porém, é interessante destacar que nem mesmo autores como Rawls e Walzer podem deixar de aceitar que em determinadas circunstâncias o igualitarismo aparece associado intimamente à inveja e ao ressentimento.⁶ Não pretendo, nem preciso, entrar no debate para saber se é primeiro o ovo ou a galinha. Para o desenvolvimento de meu argumento é suficiente saber que tanto os defensores como os críticos do igualitarismo reconhecem que existe um vínculo entre o igualitarismo e o ressentimento. Entendo que esse consenso permite justificar perfeitamente uma hipótese não essencialista sobre a relação entre ambos. Não pretendo, portanto, demonizar o igualitarismo, mas apenas chamar a atenção para o fato que

⁶ Mesmo Marx (1978), o campeão mundial do igualitarismo moderno, não conseguiu evitar de relacionar com a inveja a certas formas de igualitarismo, como o comunismo primitivo ou vulgar.

o irrealismo, a desmesura e a indefinição dos horizontes sobre os quais se projeta o desejo de igualdade são produtores seguros de ressentimento, na medida que essas circunstâncias condenam ao desejante igualitário a um estado de frustração permanente por conta deste nunca poder realizar plenamente seu desejo. Portanto, quanto mais utópico ou radical seja o desejo de igualdade, maior será o ressentimento resultante. Parece razoável concluir também que esta situação se potencia quando os indivíduos são submetidos ainda à lavagem cerebral de uma memória mítica grandiosa que os isenta de qualquer responsabilidade, seja pela desigualdade existente, seja pelo fracasso de suas tentativas para superá-la.

Hannah Arendt dá uma descrição abrangente das desventuras da ideia de igualdade na sociedade moderna:

Equality of conditions, though it is certainly a basic requirement for justice, is nevertheless among the greatest and most uncertain ventures of modern mankind. The more equal conditions are, the less explanation there is for the differences that actually exist between people; and thus all the more unequal do individuals and groups become. (...) Whenever equality becomes a mundane fact in itself, without any gauge by which it may be measured or explained, then there is one chance in a hundred that it will be recognized simply as a working principle of a political organization in which otherwise unequal people have equal rights; there are ninety-nine chances that it will be mistaken for an innate quality of every individuals, who is “normal” if he is like everybody else and “abnormal” if he happens to be different. (Arendt, 1973: 54)

De acordo com Arendt, a ideia de igualdade se perverte precisamente na sua extensão do campo político para o social, porque -podemos deduzir- nesse instante já não existem mais obstáculos que impeçam sua “naturalização”. A partir do momento que a igualdade passa a ser exigida também no campo social, ela vai perdendo o caráter artificial que tinha no campo político. Neste contexto (onde a igualdade passa ser aceita como natural), o “outro” se aproxima rapidamente do “eu” e todas as diferenças entre os indivíduos (inclusive as baseadas no mérito) se tornam fontes ameaçantes de inveja e ressentimento. O ponto principal a ser destacado aqui é que a naturalização do princípio da igualdade introduz no seio da sociedade moderna uma lógica perversa que, paradoxalmente, ameaça as bases do reconhecimento social. Tanto o reconhecimento como o ressentimento existem desde as origens da história, mas nas sociedades hierárquicas eles operavam de forma bastante rotineira e não apresentavam problemas.⁷ Mas se a desnaturalização da hierarquia, conseguida através dos livros dos iluministas e da guilhotina dos revolucionários, abre o caminho para a igualdade, disto obviamente não se deduz que a produção de ressentimento deva ser associada à benéfica instauração da igualdade jurídica. No plano da autoria social, o ressentimento não procede da prudência (conservadora) daqueles que colocam a lei por cima dos homens senão, precisamente, da política de ressentimento presente nos discursos e nos comportamentos dos populistas e dos revolucionários que não souberam ou não

⁷ É nos eflúvios do iluminismo revolucionário do fim de século XVIII e começos do XIX que as coisas começaram a mudar, o qual pode ser constatado no fato desses fenômenos receberem atenção filosófica a partir dessa época. Talvez o exemplo filosófico paradigmático disto seja a seção da *Fenomenologia do Espírito* dedicada à dialética do amo e o escravo (Hegel, 1966).

quiseram subordinar seu ressentimento à lei, desqualificando a igualdade jurídica e tratando-a como formalidade ou passo intermédio para chegar à tresloucada igualdade social “final”.

-IV-

O segredo da estabilidade e do progresso da democracia nos EUA reside na moderação com que foi assumido o ideal igualitário, ainda nos momentos revolucionários fundacionais. Em outras palavras, os norte-americanos não levaram mais longe seu desejo de igualdade dos limites do que podiam atingir dentro das leis (Arendt, 1970). Contrariando o saudosismo angustiado dos que anunciam o fim da “Argentina igualitária”, devemos afirmar que, pelo contrário, foi o ressentimento produzido pelos excessos igualitaristas do populismo o que levou o país à ruína. A partir do início do século XX não são poucas as pedras que começam a aparecer no caminho que continuava o titânico esforço realizado pelas gerações de 1837 e de 1880 para construir uma sociedade e um estado moderno (o qual veio após um período de mais de trinta anos de guerra civil e anarquia populista). A primeira manifestação de populismo na Argentina moderna se expressa na figura de Hipólito Irigoyen, quem será escolhido presidente em 1916, na primeira eleição de sufrágio universal, secreto e obrigatório que houve no país (dando assim um claro exemplo histórico dos efeitos perversos do otimismo das elites iluministas, que confiavam nos altos índices de alfabetização do país para garantir resultados sensatos nas urnas) (Botana, 1977). Obviamente, a sociedade e as instituições políticas da Argentina de começos de século XX padeciam numerosos vícios de percurso, mas após algumas marchas e contra-marchas (em 1930 houve um golpe militar contra a segunda presidência de Irigoyen e os setores conservadores ficaram no poder mais uma década), o populismo veio para ficar. A partir do golpe militar de 1943, que acabou levando ao poder a Juan Domingo Perón (consagrado nas urnas em 1946), os argentinos ganharão não apenas mais vícios de percurso, mas assistirão a uma operação de desmonte de aspectos essenciais para o desenvolvimento da sociedade e do estado liberal moderno que se encontravam em curso desde sua fundação em 1853.⁸ O regime peronista pode ser considerado a experiência melhor sucedida em América Latina de substituição de uma mentalidade de orientação liberal meritocrática por outra populista de fundo igualitarista. Nos anos 40, na Argentina não houve apenas mais uma mudança de regime político ou a chegada ao poder de mais um ditador. Aproveitando-se dos enormes recursos econômicos e financeiros disponíveis pelo estado, o peronismo conseguiu pagar a festa do ascenso social das massas, aumentando exponencialmente seus desejos e transformando a estes em direitos ou obrigações do estado. Frente ao posterior colapso econômico e político do estado populista, a impossibilidade de continuar atendendo

⁸ O golpe militar de 1943 e a posterior emergência do peronismo se situam num contexto ideológico de forte rejeição à modernização liberal havida na Argentina, rejeição que certamente está associado ao grau de profundidade alcançado por esse processo. Mas observemos que neste ensaio não interessa tanto argumentar em torno das diversas causas que produziram o peronismo, senão apresentar com o maior detalhe possível nossa hipótese sobre a contribuição deste à decadência do país.

esses desejos levaria as massas para um ressentimento da mesma intensidade que seus anteriores desejos de felicidade imediata.

Existe em América Latina um ressentimento estendido nas populações de origem nativo surgido no contexto da feroz conquista e posterior colonização do território por parte de Espanha e Portugal. Ressentimento que historicamente promoveu vários movimentos populistas na região. Mas esse ressentimento indígena, ainda que presente, não foi convocado na origem do peronismo. O peronismo foi um autêntico demiurgo do ressentimento das classes populares contra o capitalismo e o liberalismo.⁹ Foram trabalhadores e não indígenas os que apoiaram a Perón na catastrófica reversão do avançado modelo de sociedade liberal que ele encontrou ao chegar ao poder. Em nenhum outro país de América Latina haverá de acontecer uma retrocesso tão radical, como o que aconteceu na Argentina (um país que na época contava com a maior massa de população de origem européia e com a economia mais sólida da região). Já tinha sido exagerada a promessa liberal individualista da geração dos Alberdi e dos Sarmiento, mas a promessa populista igualitária de Perón foi muito mais exagerada ainda. Comparados com os mitos do peronismo, os anteriores parecem criancices. O ciclo peronista levará novamente à Argentina aos níveis de ressentimento existentes na época da guerra civil da primeira metade do século XIX. Com o agravante que o ressentimento do século XIX praticamente não destruiu nada, já que todo estava por ser feito ainda, mas o ressentimento do século XX iria a destroçar uma grande obra em gestação.

O grau de ressentimento produzido pelo peronismo pode ser claramente observado na extrema violência das lutas havidas não apenas entre peronistas e anti-peronistas, mas também entre os próprios peronistas (um exemplo paradigmático disto são as centenas de mortos que deixou o enfrentamento entre a guerrilha peronista e o sindicalismo peronista, nos anos 60 e 70). A apoteose do ressentimento peronista resultou na in-governabilidade do país e na degradação da mentalidade popular. Nas últimas seis décadas o peronismo foi mudando uma e outra vez de “personalidade”, indo da direita para a esquerda, e da esquerda para o centro, identificando-se primeiro com o fascismo, depois com o socialismo e, por último, com o liberalismo.¹⁰ Viciados em promessas, os argentinos vivem fortemente amarrados a uma memória mítica que, para qualquer que não seja argentino, resulta um

⁹ Na segunda estrofe da famosa marcha *Los muchachos peronistas*, espécie de hino nacional do peronismo (cantado em passeatas de rua e também em momento de grande solenidade, como aconteceu recentemente na posse do presidente Rodríguez Saa, no dia 24 de dezembro de 2001, após a renúncia de De la Rúa), aparece registrada claramente esta memória anti-capitalista:

Por ese gran argentino
que se supo conquistar
a la gran masa del Pueblo
combatiendo al Capital.
¡Perón, Perón, qué grande sos!
¡Mi general, cuánto valés!
¡Perón, Perón, gran conductor,
sos el primer trabajador!

¹⁰ Ver no anexo uma classificação das mentalidades dominantes e dos tipos de governo do período populista inaugurado pelo peronismo (1943-2001).

verdadeiro escândalo de incoerência, ambigüidade e oportunismo. Memória, portanto, que condena aos argentinos a uma dupla desgraça, a de viver no passado e no delírio.¹¹

Existe uma comparação bastante corriqueira entre Argentina e Brasil¹², na qual se afirma que os argentinos gostam de viver no passado, enquanto os brasileiros gostam de viver no futuro. Esta comparação sugere implicitamente que os argentinos gostam mais de lembrar que de esquecer, assim como vice-versa, que os brasileiros gostam mais de esquecer que de lembrar. Obviamente, não será uma simples comparação de fatos econômicos ou políticos que poderá explicar porque países vizinhos apresentam perspectivas tão diferentes no plano de seus sentimentos públicos e privados. A hipótese de que os argentinos vivem mais no passado que os brasileiros supõe, entre outras coisas, que existe uma diferença importante de graus de ressentimento nos comportamentos sociais e políticos de uns e outros, assim como que esta circunstância está fortemente influenciada pelos processos de modernização liberal e o fenômeno populista em um e outro país. Não é difícil enxergar que, apesar das profundas (e tradicionalmente maiores) desigualdades sociais existentes no Brasil, a história argentina está marcada por um quantum de ressentimento muito mais alto. Paradoxo que só pode ser explicado em termos de uma dinâmica de modernização muito mais lenta e retardatária no Brasil, assim como por uma tremendamente superior confrontação populista ao modelo liberal em Argentina.¹³

-V-

Embora o peronismo seja um fenômeno surgido nos anos 40, é um sinal de sua vitalidade que continue vivo e acumulando efeitos até o presente. Assim, não pode causar surpresa a ninguém que, nas últimas décadas, o ressentimento argentino entrasse num *crescendo*, abrangendo ao conjunto da sociedade através de circunstâncias das mais variadas. Indo além os conhecidos excessos dos anos 60 e 70 contra os direitos humanos, cometidos pelas guerrilhas do peronismo e da esquerda (contados em centenas de mortos), assim como pelos governos democráticos e militares da época (contados em milhares de mortos), encontramos que, no próprio campo dos movimentos pelos direitos humanos, as “Madres de Plaza de Mayo” levaram pouco tempo para transformar uma demanda legítima por

¹¹ Resulta interessante observar aqui que a produção mítica dos argentinos é tão alta que até permite uma folgada exportação de mitos para o mundo todo. De fato, são poucos os países que no século XX conseguiram inscrever tantos itens extravagantes na lista mundial de mitos (citemos os mais conhecidos dos últimos cinquenta anos: Eva Perón, Che Guevara, Maradona).

¹² Na origem, provavelmente de autoria de Francisco Weffort.

¹³ A rigor, no caso brasileiro não apenas o processo de modernização foi mais moderado, senão que não houve até agora uma reação populista importante à modernização liberal. Pelo contrário, a dinâmica brasileira, no fim da Segunda Guerra Mundial, seguiu caminhos praticamente inversos aos de Argentina. Enquanto no Brasil se tentava transitar suavemente do populismo para a modernização liberal, no país vizinho se tenta substituir violentamente o liberalismo pelo populismo. Uma comparação mais acurada (da que pode ser feita aqui) do caso argentino com o brasileiro ajudaria a entender melhor os fatores que levam a alguns países a trafegar com menos problemas que outros pelos caminhos da modernização.

justiça, em relação aos desaparecidos da última ditadura, numa reivindicação do terrorismo totalitário que muitas das vítimas assumiam em forma explícita (Leis, 1989). Assim, invés de um esquecimento reconciliador por culpas políticas compartilhadas (embora com diferentes graus de responsabilidade criminal nos participantes de um e outro lado), as “Madres” ofereceram uma memória mítica produtora de novos ressentimentos. Já nos anos 80, a Guerra das Malvinas /Falklands também recebeu uma memória mítica, que permitiu culpar a Inglaterra pela ação. Ainda quando quem provocou guerra foi a mesma ditadura que tinha assassinado a milhares de argentinos, o povo embarcou rapidamente junto com os militares numa nova aventura cheia de ressentimento em defesa de um território irredento e vazio, que deixaria em pouco tempo uma longa lista de mortos e acrescentaria uma outra data no calendário de festejos populares. A recente crucifixão do ex-ministro de economia Cavallo, pelos mesmos cidadãos que o tinham endeusado nos anos 90, quando freou a hiper-inflação e colocou ao peso em equivalência com a moeda mais forte do planeta (permitindo-lhes viajar pelo mundo como turistas ricos de um país que não o era), é mais um exemplo da variedade dos processos de ressentimento que operam na Argentina.

Se a evolução histórica de Argentina ficou emperrada em seus sentimentos, isto deve ser interpretado como uma prova que a relação entre o mundo social e político moderno e o antiquíssimo mundo dos afetos não pode ser subestimada, tal como implicitamente vem acontecendo com a maioria dos cientistas sociais contemporâneos, que ainda insistem em pensar que os sentimentos coletivos se adaptam e/ou perdem rapidamente importância frente aos processos e dinâmicas políticas e econômicas. A Argentina contemporânea não teve nunca lutas pacíficas pela reconciliação política e o esquecimento reflexivo (ou memória reflexiva, que quer dizer o mesmo com outras palavras). A figura de um Joaquim Nabuco, como existe no Brasil, recomendando o esquecimento após um acontecimento tão dramático como o do escravismo, não encontra paralelo entre os argentinos. Nietzsche falava do esquecimento em termos de uma força plástica regenerativa e terapêutica. Porém, num país como Argentina, com um dos maiores índices de terapeutas do mundo, nenhuma geração conseguiu ainda deitar-se no divã da história e assumir suas responsabilidades materiais e intelectuais na reprodução e aumento do ressentimento nacional. Só podemos propor o esquecimento após enunciar a verdade, e só podemos enunciar a verdade se somos responsáveis pelos fatos cujas emoções se devem esquecer. Pois bem, na Argentina parecem ser muito poucos os dispostos a assumir qualquer erro em praça pública, pela parte que lhes toca na delirante e trágica história dos acontecimentos da segunda metade do século XX.¹⁴ Pensar a política futura em Argentina supõe pensar a forma de reduzir o ressentimento, de conciliar os espíritos e de esquecer as promessas do passado (e até, as

¹⁴ Um último exemplo anedótico de como Argentina e Brasil vivem seus respectivos passados. No ano de 1980, por ocasião do cinquenta aniversário das revoluções acontecidas no ano 30, em cada país foram organizados atos de recordação daqueles eventos. No Brasil, os atos foram apenas acadêmicos, sem nenhum impacto emocional na opinião pública. Na Argentina, além dos atos acadêmicos, houve duas convocações para o Cemitério da Recoleta, para prestar homenagens às principais figuras que tinham morto nesses longos cinquenta, de um e outro dos bandos enfrentados naquela ocasião. Para a surpresa de qualquer brasileiro (mas não dos argentinos), os jornais da época testemunharam que houve no cemitério um encontro casual de ambos grupos de anciãos (octogenários, na sua maioria) e que, após um “debate acalorado”, os mesmos acabaram travando uma luta corporal e se batendo nas cabeças com suas bengalas.

vezes, o próprio passado). Porém, as palavras de ordem que se escutam hoje na Argentina não caminham nessa direção. O tão escutado, “que se vayan todos”, é uma nova expressão para o velho ressentimento que leva aos argentinos a olhar o espelho invés da realidade. Essa frase esconde a responsabilidade daqueles que a pronunciam pelo fracasso do país. A mensagem oculta detrás dela é: “eu sou uma vítima inocente e não tenho nada a ver com o fracasso do país”. Se cada um dos atores e setores da Argentina não tem a coragem intelectual e moral de assumir suas responsabilidades históricas e parar com a malandragem de acusar aos vizinhos pelo estado de coisas na sua própria casa, invés de uma vontade de superação estará expressando uma vontade de fracasso e decadência (que a esta altura do jogo terá efeitos irreversíveis).

BIBLIOGRAFIA

- ANSART, Pierre. (2001) “História e Memória dos Ressentimentos”, IN: Stella Bresciani e Márcia Naxara (Orgs.), *MEMÓRIA E (RES)SENTIMENTO*. Campinas: UNICAMP.
- ARENDT, Hannah. (1959) *THE HUMAN CONDITION*. Nova Iorque: Doubleday Anchor Books.
- _____. (1970) *ON REVOLUTION*. Nova Iorque: The Viking Press.
- _____. (1973) *THE ORIGINS OF TOTALITARIANISM*. Nova Iorque: HBJ.
- ARISTOTELES. (1958) *THE POLITICS*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- BARBOSA, Livia. (2001) *IGUALDADE E MERITOCRACIA*. Rio de Janeiro: FGV.
- BENJAMIN, Walter. (1973) “On Some Motifs in Baudelaire”, IN: _____. *ILLUMINATIONS*. Londres: Fontana.
- BESANÇON, Alain. (2000) *A INFELICIDADE DO SÉCULO*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- BOTANA, Natalio R. (1977) *EL ORDEN CONSERVADOR*. Buenos Aires: Sudamericana.
- DELEUZE, Gilles. (1971) *NIETZSCHE Y LA FILOSOFIA*. Barcelona: Anagrama.
- DUMONT, Louis. (1992) *HOMO HIERARCHICUS*. São Paulo: EDUSP.
- ELIAS, Norbert. (1997) *OS ALEMÃES*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. (2001) *NORBERT ELIAS POR ELE MESMO*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- HEGEL, G. W. F. (1966) *FENOMENOLOGIA DEL ESPÍRITU*. México, FCE.
- HONNETH, Axel. (1996) *THE STRUGGLE FOR RECOGNITION*. Cambridge: The MIT Press.
- LA CAPRA, Dominick. (1994) *REPRESENTING THE HOLOCAUST: HISTORY, THEORY, TRAUMA*. Nova Iorque: Cornell UP.
- LEIS, Héctor Ricardo. (1989) *EL MOVIMIENTO POR LOS DERECHOS HUMANOS Y LA POLITICA ARGENTINA*. (2 vol.), Buenos Aires: Centro Editor de América Latina (Serie Biblioteca Política Argentina).
- MARX, Karl. (1978) *MANUSCRITOS ECONÓMICO-FILOSÓFICOS*. São Paulo: Abril Cultural (Os Pensadores).
- NIETZSCHE, Friedrich W. (1978) *PARA A GENEALOGIA DA MORAL*. São Paulo: Abril Cultural (Os Pensadores).

PARETO, Vilfredo. (1917) *TRAITÉ DE SOCIOLOGIE GÉNÉRALE*. Paris: Payot.

PIERUCCI, Antônio Flavio. (1999) *CILADAS DA DIFERENÇA*. São Paulo: Ed. 34.

RAWLS, John. (1981) *UMA TEORIA DA JUSTIÇA*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. (2001) “Historicismo e Verdade em Políticas da Memória”, IN: Héctor Ricardo Leis et al. (Orgs.) *MODERNIDADE CRÍTICA E MODERNIDADE ACRÍTICA*. Florianópolis: Cidade Futura.

SCHOLER, Max. (1998) *EL RESENTIMIENTO EM LA MORAL*. Madri: Caparrós Editores.

TAYLOR, Charles. (1993) *EL MULTICULTURALISMO Y LA “POLÍTICA DEL RECONOCIMIENTO”*. México: FCE.

TOCQUEVILLE, Aléxis de. (1979) *DEMOCRACIA EM AMÉRICA*. São Paulo: Abril Cultural (Os Pensadores).

TODOROV, Tzvetan. (1996) *A VIDA EM COMUM*. Campinas: Papirus.

VIOLA, Eduardo e LEIS, Héctor Ricardo. (prelo) “Os dilemas civilizatórios da globalização frente ao terrorismo fundamentalista”, *REVISTA DE FILOSOFIA POLÍTICA – NOVA SÉRIE* (Porto Alegre), Jorge Zahar Editor.

VOEGELIN, Eric. (1952) *THE NEW SCIENCE OF POLITICS*. Chicago: The University of Chicago Press.

WALZER, Michael. (1997) *LAS ESFERAS DE LA JUSTICIA*. México: FCE.

WEBER, Max. (1981) *ECONOMIA Y SOCIEDADE*. México: FCE.

ZAWADZKI, Paul. (2001) “O Ressentimento e a Igualdade”, IN: Stella Bresciani e Márcia Naxara (Orgs.), *Op. Cit.*

ANEXO

Classificação das mentalidades dominantes e dos tipos de governo do período populista inaugurado pelo peronismo (1943-2001) – (Autoria de H.R.L.)

<u>Gerações</u>	<u>Mentalidade</u>	<u>Classificação dos Governos</u>
	<u>Dominante</u>	(datas) (tipo)

1940 e 1950	Populismo de Direita	1943-1946	Tutela Militar de Transição
		1946-1955	Democracia Populista-Nacionalista (Pró-Totalitária) (Perón)
		1955-1958	Ditadura Militar Conservadora-Liberal (Aramburu)
		1958-1962	Democracia Populista-Desenvolvimentista (Frondizi)
1960 e 1970	Populismo de Esquerda	1962-1963	Tutela Militar de Transição
		1963-1965	Democracia Populista-Liberal (Illia)
		1966-1972	Ditadura Militar Conservadora-Liberal (Onganía-Lanusse)
		1973-1975	Democracia Populista-Autoritaria (Perón-Perón)
		1976-83	Ditadura Militar Conservadora-Liberal (Pró-Totalitária) (Videla-Galtieri)
1980 e 1990	Populismo de Centro	1984-1989	Democracia Populista-Nacionalista (Alfonsín)
		1989-2001	Democracia Populista-Liberal (Menem-De la Rúa)
2000		2002-	Tutela Democrática de Transição

